

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Notícias Federais

Assuntos Econômicos	4
<i>Audiências Públicas - Requerimentos aprovados</i>	4
<i>Câmara instala Comissão Especial (CESP) para analisar o Código Comercial</i>	5
<i>CAE aprova projeto que restringe aos bancos de dados e à fonte a responsabilidade no Cadastro Positivo</i>	5
<i>Projeto prevê mais rigor no controle da venda de remédios</i>	6
<i>Interdição por fraude em medicamentos poderá ser ampliada</i>	6
<i>Comissão aprova dedução de gastos com medicamentos no Imposto de Renda</i>	7
<i>Setor automotivo foi na contramão</i>	7
<i>Redução do capital social para constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRLI.</i>	8
Infraestrutura	8
<i>E-Democracia recebe mais de 600 sugestões para mudar Lei de Licitações</i>	8
<i>Proposta isenta de imposto fibras óticas para banda larga</i>	9
Meio Ambiente	10
<i>CREDN ouve o Secretário-executivo do Comitê Organizador da Rio+20</i>	10
<i>Brasil falha no monitoramento do uso de agrotóxicos</i>	11
<i>Comissão aprova obrigatoriedade de informar sobre emissão de poluentes</i>	12
Tributos	13
<i>Projeto reduz multas por descumprimento de obrigação tributária acessória</i>	13
<i>Dilma promete medidas para dar mais competitividade à indústria</i>	14
<i>Senado realizou a 2ª rodada de debates sobre PRS 72 de 2010</i>	17
<i>Comissão aprova desconto no IR para empresa com atividade sustentável</i>	18

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Política Social.....	19
<i>Senadores aprovam MP que libera créditos para o Pronatec</i>	<i>19</i>
Relações de Trabalho.....	20
<i>Comissão do Trabalho debate “Trabalho Decente”</i>	<i>20</i>
<i>Relator vai manter autorização para empresa terceirizar atividade-fim</i>	<i>21</i>
<i>Pessoa com deficiência poderá ter direito a aposentadoria especial.....</i>	<i>22</i>
<i>PEC garante estabilidade no emprego à mãe adotante</i>	<i>23</i>
<i>Plenário aprova a criação de 44 varas trabalhistas em Minas, Rio e Paraná</i>	<i>23</i>
<i>Trabalhador poderá ser liberado para fazer provas de concursos públicos</i>	<i>24</i>
<i>Debates concluem que país pode modernizar relações trabalhistas.....</i>	<i>25</i>
<i>Aprovado o Projeto que estabelece prazo prescricional para a execução de crédito trabalhista.....</i>	<i>26</i>

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos.....	27
<i>Empresário da panificação tem juros de 0,58% para financiamento de máquina e capital de giro</i>	<i>27</i>
<i>Paraná lança boletim com indicadores de ciência, tecnologia e inovação.....</i>	<i>28</i>
<i>Parceria com centro italiano irá ampliar competitividade das indústrias moveleiras</i>	<i>29</i>
<i>Desoneração e combate à informalidade são prioridades para a indústria madeireira</i>	<i>30</i>
Infraestrutura.....	32
<i>Paraná busca alternativas para ampliar fornecimento de gás natural</i>	<i>32</i>
<i>BRDE e banco italiano fecham acordo para financiar projetos de infraestrutura.....</i>	<i>32</i>

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Meio Ambiente..... 33

Projeto que dispõe sobre reciclagem de materiais no serviço público segue para sanção do Executivo..... 33

Plenário decide manter veto do PL 260/2011 34

Questões Institucionais 35

Em segunda discussão, Plenário aprova ampliação da Região Metropolitana de Londrina... 35

Plenário adia votação da PEC da Juventude 35

Relações de Trabalho..... 36

Projeto estabelece programa de combate a doenças provocadas pela exposição solar 36

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Audiências Públicas - Requerimentos aprovados

Exploração de instalações portuárias privadas para uso geral

A Comissão de Assuntos Econômicos - CAE aprovou requerimento (3/2012) de autoria da senadora Kátia Abreu para realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que "altera a alínea b, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral".

Convidados:

- Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos;
- Willen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP;
- Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá - PR;
- Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público - Abratec.

Processo de desindustrialização

Requerimento (2/2012) do senador Valdir Raupp (PMDB/RR) aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE pretende a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no país.

Convidados:

- Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Antônio Delfim Neto, Economista;
- Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP;
- Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Artur Henrique, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT;
- Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical;
- Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo.

Fonte: CNI

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Câmara instala Comissão Especial (CESP) para analisar o Código Comercial

Foi instalada na Câmara dos Deputados, Comissão Especial (CESP) destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1572/ 2011, que "institui o Código Comercial". O deputado Arthur Maia (PMDB/BA) foi eleito presidente e o relator da matéria na CESP será o deputado Paes Landim (PTB/PI).

Nessa primeira reunião foi deliberado que será designada uma comissão de juristas que deverá contar, também, com a participação de representantes dos Ministérios da Fazenda (MF), da Justiça (MJ) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), para assessorar os trabalhos da Comissão.

Serão também realizadas audiências públicas nas principais capitais de todos os estados e no Distrito Federal.

Na próxima semana, a Comissão deverá eleger os relatores parciais e definir o plano de trabalho.

Fonte: CNI

Direito do Consumidor

CAE aprova projeto que restringe aos bancos de dados e à fonte a responsabilidade no Cadastro Positivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o parecer do relator, senador Francisco Dornelles (PP/RJ), ao projeto de lei do Senado - PLS 331/2011-, que prevê a restrição da responsabilidade objetiva e solidária, por danos materiais e morais, que causar ao cadastrado, aos bancos de dados e à fonte.

O parecer do senador Dornelles, aprovado na comissão, foi pela aprovação do projeto e da emenda 01 aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Frise-se que a emenda aprovada na CCJ, e também na CAE, é redacional e altera a ementa do projeto de forma corrigi-la e a torná-la mais clara.

De acordo com o parecer "o consulente não pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados ao cadastrado, tendo em vista que ele é apenas usuário da informação."

O projeto aprovado (PLS 331/2011) sana equívoco da Lei do Cadastro Positivo, pois restringe a responsabilidade objetiva, que independe de culpa, e que somente pode ser estendida ao banco de dados e à fonte das informações; jamais àquele que faz uso das mesmas para definir se concede ou não o crédito com base em informações obtidas em banco de dados.

A matéria seguirá para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Fonte: CNI

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Política Industrial

Projeto prevê mais rigor no controle da venda de remédios

A Câmara analisa projeto que prevê a retenção, pelas farmácias, da receita de medicamento sob regime de controle sanitário especial. Segundo o texto (Projeto de Lei 3255/12, do Senado), caberá à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) determinar as substâncias e os medicamentos sujeitos a esse controle e as condições para sua venda.

Atualmente, a ANVISA já obriga as farmácias e drogarias do País a reter receitas médicas de antibióticos e dos remédios de tarja preta.

A autora da proposta, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirma que a aprovação de lei específica sobre o assunto poderá intensificar o controle de medicamentos e reduzir os riscos de acidentes e intoxicações.

“A proposta avança na busca de um consumo racional de medicamentos, como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS), prevenindo uma série de problemas de saúde pública”, diz a senadora.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Interdição por fraude em medicamentos poderá ser ampliada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em turno suplementar, o projeto que possibilitará interdição superior a 90 dias em estabelecimentos que falsificarem ou adulterarem medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e saneantes.

Esse prazo de 90 dias, estabelecido na lei que define as infrações - e as respectivas penas - à legislação sanitária federal (Lei nº 6.437/77) não se aplicará, portanto, conforme a proposição aprovada, a esses casos de interdição.

De acordo com o substitutivo do projeto (PLS 464/11), elaborado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), as atividades do estabelecimento, nesses casos de interdição, ficarão suspensas pelo tempo necessário à realização de testes, provas e análises.

O substitutivo também proíbe o uso das instalações do estabelecimento punido para a prática de atividade similar enquanto durar a interdição. Valadares propõe o acréscimo dessas restrições na Lei nº 6.437/77 com base em sugestões contidas no próprio PLS 464/11. O senador Humberto Costa (PT-PE), autor do projeto, defendia ainda, na proposição original, a possibilidade de que a autoridade policial ou fiscal envolvida na apuração do caso fizesse a interdição cautelar do estabelecimento fraudador, desde que identificados indícios de irregularidade. O relator advertiu, entretanto, que a lei penal exige ordem judicial para a adoção dessa medida, o que o levou, portanto, a rejeitá-la no substitutivo aprovado.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Valadares também julgou desnecessária a proposta do autor de suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial em caso de condenação penal transitada em julgado. Em seu entendimento, o Código de Processo Penal já prevê a medida de segurança de fechamento de estabelecimento durante a execução da pena.

Como foi aprovado em decisão terminativa pela CCJ, o PLS 464/11 só será votado pelo Plenário do Senado se houver recurso nesse sentido. Caso contrário, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

Comissão aprova dedução de gastos com medicamentos no Imposto de Renda

Contribuintes do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) poderão passar a deduzir os gastos com medicamentos para uso próprio e de seus dependentes do imposto devido. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o projeto de lei com esse objetivo. Agora, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Projeto de Lei do Senado (PLS 147/2011), de autoria do senador Cyro Miranda (PSDB-GO) prevê que, a exemplo de outras despesas em assistência à saúde passíveis de dedução, as com medicamentos deverão ser comprovadas por receita médica e nota fiscal. A legislação do IRPF em vigor (Lei 9.250/1995) admite que sejam descontados do imposto a pagar gastos com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, hospitais, exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos e próteses ortopédicas e dentárias, além do custeio com a instrução regular do contribuinte e de seus dependentes.

- Em vista disso, não se afigura razoável que os gastos com medicamentos utilizados pelo contribuinte para cuidados de sua própria saúde e a de seus dependentes não possam ser deduzidos do Imposto de Renda, destacou o senador Cyro Miranda.

Ao recomendar a aprovação do PLS 147/11, a relatora da matéria na CAS, senador Lúcia Vânia (PSDB-GO), lembrou ainda que o Senado aprovou, recentemente, proposta similar concedendo dedução das despesas com medicamentos do imposto de renda de contribuintes aposentados e pensionistas.

Iara Farias Borges e Simone Franco

Fonte: Agência Senado

Setor automotivo foi na contramão

Nem tudo foi ruim para a indústria brasileira nos últimos anos. Alguns setores da economia registraram avanço na produtividade. É o caso da indústria automotiva cuja produtividade por funcionário passou de 7,79 unidades produzidas por pessoa, em 1990, para 27 carros por funcionário em 2010.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

É claro que o segmento se modernizou e os processos de produção ficaram mais eficientes. Mas, o setor também investiu na formação de seus colaboradores por meio de cursos profissionalizantes feitos em parceria com o SENAI. Mesmo assim, por conta dos movimentos sazonais, a indústria automotiva teve queda na produção no começo deste ano. "Essa indústria deve enfrentar problemas neste ano. O ciclo de consumo de bens duráveis já dá sinais de desaceleração", diz Júlio Gomes de Almeida, economista do IEDI.

Por outro lado, o setor têxtil chegou a aumentar a produtividade em 10% ao mês logo após a abertura comercial nos anos 90. Foi um segmento que investiu na transformação do ambiente produtivo, reviu processos de produção e mudou a tecnologia utilizada na indústria, mas não resistiu à entrada dos produtos chineses.

A indústria têxtil tem registrado quedas constantes na sua produtividade nos últimos anos. Com baixa demanda pelos produtos nacionais, principalmente de vestuário, os empresários têm reduzido as horas trabalhadas nas fábricas e investido pouco na melhoria dos processos e modernização do setor.

Fonte: Blog RT

Microempresa

Redução do capital social para constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRLI

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) aprovou o PL 24611/2011, que altera a lei de criação da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRLI (Lei nº 12.441/2011). O texto aprovado reduz, de 100 para 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no País, o valor mínimo do capital social dessa modalidade de empresa.

Prevê, ainda, que se aplicam à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada as regras dispostas no tratamento tributário simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte decorrentes do Simples Nacional.

O projeto segue para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Fonte: CNI

Infraestrutura

E-Democracia recebe mais de 600 sugestões para mudar Lei de Licitações

O **e-Democracia**, portal da Câmara dos Deputados criado para incentivar a participação da sociedade no processo de elaboração de leis, recebeu em apenas um dia, mais de 600 sugestões dos cidadãos para alterar a Lei de Licitações (8.666/93). No site é possível apoiar ideias já sugeridas ou apresentar outras sugestões para mudar a lei.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Em audiência pública em setembro do ano passado, juristas ouvidos pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) defenderam mudanças na Lei de Licitações para que ela passe a observar com mais critério a qualidade dos produtos e serviços entregues à administração pública, em vez de focar a licitação no menor preço.

O relator do projeto que muda a Lei de Licitações, deputado Fabio Trad (PMDB-MS), quer que todos possam participar das discussões. A proposta (PL 1292/95 e mais de 120 projetos apensados) está sendo analisada pela CCJ. No total, por meio dos projetos, estão sendo propostas mais de 60 mudanças no texto da lei.

“A participação da sociedade neste debate é de vital importância. A partir desta ferramenta digital, nós, legisladores, podemos ouvir com muito mais facilidade o que a sociedade pensa a respeito deste assunto”, afirmou Trad.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Proposta isenta de imposto fibras óticas para banda larga

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3305/12, do deputado Edivaldo Holanda Junior (PTC-MA), que isenta de todos os tributos federais as fibras óticas e seus derivados utilizados na oferta dos serviços de banda larga.

O deputado lembra que o Programa Nacional de Banda Larga (Decreto 7.175/10) estabeleceu a meta de massificar a oferta de acessos de banda larga à internet até 2014, permitindo a conexão de 40 milhões de domicílios.

“Diante desta política adotada pelo governo federal e dada a importância que o acesso à internet detém na formação educacional e profissional do cidadão, é importante que haja um incentivo fiscal que redunde em barateamento dos custos de infraestrutura na comunicação através da banda larga”, argumenta o autor.

Em relação à eventual perda de receita com a isenção tributária, o deputado afirma que isso poderá ser minimizado com “otimização do desenvolvimento da educação, melhoria na gestão pública de todos os entes federados e qualificação profissional com consequente geração de emprego e renda”.

Tramitação: A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Meio Ambiente

CREDN ouve o Secretário-executivo do Comitê Organizador da Rio+20

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados ouviu o secretário-executivo do Comitê Nacional de Organização da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada no Brasil de 20 a 22 de junho.

Laudemar Gonçalves de Aguiar esclareceu que há duas entidades do governo brasileiro envolvidas nos preparativos para a Rio + 20: a Comissão Nacional e o Comitê Nacional de Organização da Rio+20. Enquanto a Comissão coordena a participação brasileira no processo político, o Comitê é responsável por toda a logística associada à Conferência. Informou que as ações para estruturar a logística do evento se orientam por diretrizes de sustentabilidade, acessibilidade e conectividade.

Nesse sentido, as construções terão facilidades específicas para os portadores de necessidades visuais, físicas e auditivas e utilizarão materiais recicláveis, além de adotados sistemas de geração de energia a biodiesel e de coleta seletiva.

Informou que a Conferência terá lugar em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro. A reunião oficial, que é um espaço da ONU, terá lugar no Riocentro, onde apenas os delegados credenciados dos países participantes terão acesso. Nas proximidades, o Autódromo sediará a “Carioca” organizada pelos povos indígenas e na Arena HSBC haverá retransmissões em vídeo do que acontece no Riocentro. O Parque dos Atletas será um espaço institucional com estandes de países participantes, organismos internacionais e para os poderes judiciário e legislativo. No centro da cidade, o Parque do Flamengo será compartilhado para eventos da sociedade civil, como a Cúpula dos Povos, enquanto os galpões restaurados do Píer Mauá servirão para exposições de tecnologia sustentáveis (Finep, MCTI, MME Embrapa) e de empresas brasileiras, além do galpão da cidadania do Ministério da Cultura.

Finalmente, lembrou que os eventos relacionados à Conferência ocorrerão de 13 a 22 de junho, sendo o encontro de alto nível dos chefes de estado de 20 a 22, e ressaltou o quão importante para o governo brasileiro é a participação ativa o Congresso Nacional, uma vez que a Rio+20, se comparada à Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, contará com a presença de formadores de opinião de diversas áreas.

A presidente da CREDN, dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC), defendeu que a Rio + 20 é um evento que interessa toda a Casa, por isso ser reunirá com os presidentes das demais Comissões para, em uma segunda reunião, escolherão os membros da delegação que representará a Câmara dos Deputados na Rio+20 – o Senado Federal já escolheu os 12 membros de sua delegação.

Fonte: CNI

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Brasil falha no monitoramento do uso de agrotóxicos

Falhas na coordenação do trabalho de órgãos da agricultura, saúde e meio ambiente responsáveis pelo monitoramento do uso de agrotóxicos no país limitam muito a capacidade do governo de evitar que alimentos contaminados cheguem à mesa dos brasileiros. O problema foi apontado pelos participantes de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Atualmente, o Ministério da Agricultura faz o monitoramento da produção na área rural e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) analisa amostras dos alimentos comercializados no varejo. Já os órgãos do Ministério do Meio Ambiente trabalham para impedir que haja contaminação de solo e de recursos hídricos.

Primeiro a falar na audiência, Guilherme Guimarães, representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, defendeu a centralização do processo de monitoramento, com a criação de um programa único federal.

A sugestão, no entanto, foi rejeitada por todos os representantes do governo. Falando em nome do Ministério da Saúde, Daniela Buosi ponderou que os órgãos que atuam no controle de agrotóxicos têm competências específicas, não sendo factível agrupar a ação de todos em um único programa. Ela, no entanto, defendeu a unificação das informações geradas.

– Um programa único para monitoramento é inviável, mas é importante que todos [os órgãos] coloquem seus pontos de vista e, ao final, se chegue a uma conclusão do que pode ser liberado – opinou.

Em resposta ao senador Delcídio Amaral (PT-MS), Daniela Buosi negou que haja divergências entre os órgãos, dizendo que o que ocorre são visões diferenciadas de acordo com o foco da saúde, agricultura ou meio ambiente.

A opinião foi compartilhada por Sergia Oliveira, do Ministério do Meio Ambiente. Para ela, o conjunto de enfoques no processo de monitoramento é essencial para garantir maior segurança aos brasileiros.

Alimentos contaminados: A forma de divulgação das análises feitas pela ANVISA em amostras de alimentos foi outro aspecto muito discutido na audiência. De 2002 a 2010, foram analisadas 14.712 amostras de produtos disponibilizados nas gôndolas dos supermercados, conforme dados do representante da agência, Luiz Cláudio Meirelles.

Para Alécio Maróstica, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a agência deveria apontar os responsáveis quando identificar níveis inadequados de agrotóxicos em determinada cultura, para evitar que todos os produtores dessa cultura tenham prejuízos com a divulgação da informação sobre contaminação.

– O produto tem que sair da propriedade com responsabilidade técnica e essa responsabilidade tem que estar na gôndola do supermercado – sugeriu.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) concordou com a proposta. Para ele, os agricultores têm compromisso com a produção de alimentos e querem produzir direito, seguindo a orientação técnica.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Luiz Rangel, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, reconheceu que há falhas na comunicação dos resultados das análises, em especial quando há riscos para os consumidores.

– Infelizmente não existe efetividade no trabalho que é feito. Temos nos esforçados para gerar informações, mas não temos conseguido ser competentes para comunicar essas informações científicas, razoáveis e com foco, e acabamos sendo vítimas de interpretações política-ideológica dos resultados – disse.

Riscos: No debate, Karem Friedrich, da Fiocruz, fez alertas sobre a gravidade dos casos de intoxicação registrados no país. Conforme informou, estão comprovados efeitos crônicos, após meses ou anos da exposição ao agrotóxico, como problemas no sistema cognitivo, motor e reprodutor, havendo ainda risco de aparecimento de câncer.

– Efeitos crônicos podem aparecer mesmo após exposição a pequenas doses de agrotóxicos – informou, ao cobrar a ampliação da capacitação dos laboratórios e uma melhor atenção às populações expostas.

Na opinião de Leandro Feijó, do Ministério da Agricultura, o pequeno número de laboratórios para pesquisa de resíduos de agrotóxicos é um dos principais gargalos dos órgãos que atuam no setor.

Já Cleber Folgado, representante da organização Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, considerou alarmante o ponto a que chegou o consumo de produtos contaminados com venenos contra pragas. Conforme ressaltou, desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, inclusive de produtos já proibidos em outros países.

– Brasil está se tornando a maior lixeira tóxica do mundo – alertou.

Ao final da audiência pública, o presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz (PDT-RO), disse ser necessário apoiar a estruturação dos órgãos que atuam no setor.

– O Brasil caminha para ser o maior produtor de alimentos do planeta e não tem estrutura mínima necessária para qualificar o nosso produto – observou, ao informar que a comissão realizará outros debates com o propósito de identificar soluções para os problemas apontados.

Fonte: Agência Senado

Comissão aprova obrigatoriedade de informar sobre emissão de poluentes

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou o Projeto de Lei 6543/09, do Senado, que obriga as concessionárias de veículos a manter disponível aos consumidores informações sobre a composição e a quantidade dos poluentes emitidos pelos veículos da marca. A proposta recebeu parecer favorável do relator, deputado Penna (PV-SP).

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

“Enquanto não se consegue viabilizar uma nova concepção de locomoção urbana, é necessário oferecer opções para que o consumidor individual possa atuar como cidadão no momento da compra de seu veículo. A proposta contribui para isso de maneira simples e com custo reduzido”, argumentou o parlamentar.

Penna ressaltou, no entanto, que a redução da poluição só será significativa com a priorização do transporte de massa em detrimento do individual, a viabilização do uso de veículos como a bicicleta, e a substituição das fontes fósseis por renováveis.

O PL 6543/09 é do ex-senador e agora deputado Sibá Machado (PT-AC). O texto, que altera a Lei 8.723/93, estabelece ainda que as montadoras de veículos também serão obrigadas a informar aos consumidores a composição qualitativa e quantitativa das emissões de poluentes.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e já foi aprovado pela Comissão de Viação e Transportes. Ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

Projeto reduz multas por descumprimento de obrigação tributária acessória

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3244/12, do Senado, que cria uma gradação de multas para empresas que descumprirem obrigações tributárias acessórias. A obrigação acessória equivale a uma prestação de contas à Receita Federal a respeito do cumprimento da obrigação principal, que é o recolhimento de um tributo.

Conforme a proposta, o valor da multa vai depender da gravidade da infração e da receita bruta anual da empresa. São beneficiadas principalmente as empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões (limite de faturamento das empresas de pequeno porte), independentemente de serem ou não optantes do Supersimples.

A proposta altera a Lei 9.779/99, que deixa a critério da Receita Federal a definição da forma, do prazo e das condições para o cumprimento das obrigações acessórias.

O autor do projeto, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), explica que as obrigações acessórias referem-se à apresentação de 13 documentos, entre eles: Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon), Declaração da Cide-Combustíveis (DCide), Demonstrativo do Crédito Presumido de IPI (DCP), Escrituração Contábil Digital (ECD) e Declaração de Operações com Cartão de Crédito (Decred).

Tratamento proporcional: De acordo com o senador, o objetivo da proposta é oferecer às empresas, independentemente do regime tributário a que estão sujeitas, um "tratamento mais justo e proporcional" com relação às penalidades. Segundo ele, o valor das multas deve

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

respeitar os princípios constitucionais do não confisco, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Como exemplo, ele cita que empresas que deixam de apresentar por um ano a Escrituração Contábil Digital devem pagar multa de R\$ 60 mil, atualmente. Ele argumenta que essa multa pode inviabilizar empresas pequenas.

Conforme a proposta, a multa nesse caso será de R\$ 500 por mês para empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões; de R\$ 1 mil por mês para empresas com receita bruta anual superior a R\$ 3,6 milhões até R\$ 48 milhões; e de R\$ 1,5 mil por mês para as empresas com receita bruta anual superior a esse valor.

Tramitação: O projeto tramita em regime de prioridade e em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Dilma promete medidas para dar mais competitividade à indústria

A presidente Dilma Rousseff avisou, em reunião de mais de três horas com 28 grandes empresários do país, que deve anunciar nas próximas semanas medidas para aumentar a competitividade da indústria brasileira. De acordo com relato de empresários, Dilma disse que não vai proteger, mas defender o setor produtivo. Após ouvir as demandas e reivindicações do setor, a presidente encomendou ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, um plano de ações.

Segundo os empresários, a expectativa é que as medidas estejam prontas até o fim da próxima semana, quando Dilma retorna de viagem para Nova Délhi, na Índia, onde participará, de reunião dos Brics – bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Desoneração: Entre as medidas estão a desoneração da folha de pagamento para setores da indústria. Após a reunião, Mantega disse que a desoneração poderá ser estendida a todos os setores da indústria. No ano passado, o governo anunciou a substituição da contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos por um tributo sobre o faturamento para setores como confecções e softwares e, segundo o ministro, negocia com pelo menos outras dez áreas. A mudança beneficia principalmente atividades que necessitam de muita mão de obra.

“Qualquer segmento industrial que quiser fazer a desoneração está aberto. Estamos preparando várias medidas para que isso seja ampliado e, portanto, vamos baratear o custo de mão de obra sem prejuízo para os trabalhadores”, afirmou.

Segundo Mantega, o governo continuará adotando medidas para segurar a cotação do dólar e ressaltou que as ações tomadas até agora têm dado resultado para evitar a desvalorização

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

excessiva do real. “O câmbio já está em um patamar mais favorável e eu posso afirmar que vai continuar assim”, afirmou.

Financiamento: Mantega anunciou que o governo vai reduzir tributos sobre investimentos e também os juros de financiamentos para esses gastos, como os oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o ministro, os empresários apresentaram na reunião vários projetos de investimento de até US\$ 20 bilhões. “Percebemos que os vários setores estão animados para realizar grandes investimentos no Brasil”, disse.

Segundo o ministro, na reunião – que tinha representantes de instituições como Bradesco e Itaú – também foram discutidas formas para aumentar o crédito oferecido e ao mesmo tempo reduzir o chamado spread bancário, que é a diferença entre o custo de captação dos bancos e o valor que cobram em seus empréstimos. “Vamos tomar medidas para reduzir o custo financeiro, além da taxa básica de juros”, completou Mantega.

Pedido de ajuda: Em um momento de crise entre o Congresso Nacional e o Executivo, o governo pediu a ajuda dos empresários presentes para convencer os senadores a votarem o projeto que uniformiza a alíquota de ICMS interestadual. Para Mantega, os estados estão dando incentivos para a entrada de produtos importados e “exportando” os empregos brasileiros.

Linha branca: No encontro, Luiza Helena Trajano, presidente do Magazine Luiza, apresentou um estudo mostrando um aumento na venda de eletrodomésticos de linha branca após a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A empresária disse que não pediu a prorrogação, mas que o governo ficou muito satisfeito com o resultado da medida.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

INVESTIMENTO INDUSTRIAL

A indústria brasileira continuará investindo em ampliação de sua capacidade. Mas o ritmo de crescimento deve ser menor nos próximos anos.

Previsões para a expansão da capacidade produtiva (média, em %)

	2010/2012	2011/2013	2012/2014
Indústria de transformação	23,8%	22,2%	21,7%
Não duráveis	26,9%	25,6%	24,5%
Duráveis	27,9%	24,9%	23,0%
Bens de capital	25,9%	20,8%	23,1%
Material de construção	18,8%	19,7%	22,3%
Intermediários	21,7%	20,5%	19,0%

Previsões em relação ao ano corrente

Fatores que influenciam os investimentos (em %)

	2011		2012	
	Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
Demanda interna	80	4	75	7
Demanda externa	35	8	32	9
Condições de crédito	43	12	42	15
Taxa de câmbio	29	34	28	22
Ambiente macroeconômico	74	6	53	17
Situação econômica externa	-0	-0	22	33

Fonte: FGV, janeiro/fevereiro de 2012. O levantamento ouviu 779 indústrias.

Infografia: Gazeta do Povo

Fonte: Gazeta do Povo

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Senado realizou a 2ª rodada de debates sobre PRS 72 de 2010

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) iniciaram a segunda audiência pública conjunta para discutir o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/2010, que uniformiza a alíquota do ICMS sobre bens e mercadorias importados.

O primeiro convidado a falar foi Luiz Carlos Hauly, secretário da Fazenda do Paraná. Para ele o incentivo fiscal é contra o trabalhador, contra as empresas e contra o desenvolvimento nacional. Os incentivos produzem distorções à revelia da Constituição de 1988 e da legislação pertinente ao ICMS. Ressaltou que em outros países há incentivos financeiros, incentivos que são baseados em baixas taxas de juros e não a uma concorrência desleal financiada.

O presidente da Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), disse que a balança de pagamentos do setor de manufaturados apresentou um déficit de US\$ 93 bilhões em 2011. O deputado citou, ainda, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para quem, a cada bilhão de dólares investidos, cinco novos empregos são gerados, para calcular que, apenas no ano passado, o Brasil perdeu quase 500 mil empregos.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), Aguinaldo Diniz Filho, o setor era superavitário em 2005, mas terá um déficit de US\$ 6,2 bilhões em 2012. Segundo ele, os problemas de competitividade são extra-fábrica. A indústria brasileira está perdendo a capacidade de transformar e isso é um crime de “lesa-pátria”. Finalizou dizendo que “estamos subsidiando a importação e enfraquecendo a produção nacional.”

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, disse que “nem mais importadores de máquinas têxteis” há no Brasil, que hoje apenas importa tecidos prontos. Os fabricantes dessas máquinas, afirmou, já pararam de produzir há muito. E acrescentou que, apenas nos dois primeiros meses e meio deste ano, o Brasil já gerou 154 mil empregos diretos no exterior, 60% deles na China. Para o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, conselheiro do Instituto Aço Brasil, a aprovação do PRS 72/2010, que altera as alíquotas de ICMS sobre bens e mercadorias importados, é “a primeira etapa na tentativa de corrigir um pouco essa distorção absoluta que é a guerra fiscal em nosso sistema tributário”. Para Gerdau a sistemática da guerra dos portos tem como consequência o desequilíbrio da competição entre os produtos nacionais e importados.

Apresentaram-se também os juristas Heleno Torres, Roque Carraza e Tiago Cedraz. Segundo Heleno Torres, nenhum acordo político pode prevalecer sobre o texto constitucional. O contribuinte paga a conta enquanto houver guerra fiscal. O que se propõem é compatibilizar os incentivos fiscais, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades regionais. Afirma o jurista que a solução seria aplicação da alíquota de 4% para todos os produtos nacionais e importados, via Lei Complementar.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Para Roque Carraza existe no PRS 72/10 um desvio de finalidade que marca a sua inconstitucionalidade, pois há uma invasão de competência reservada à lei complementar e a discriminação de alíquotas entre produtos nacionais e importados; não observado o princípio constitucional da seletividade do ICMS, maculam a proposta.

Tiago Cedraz defendeu que o Projeto de Resolução revela-se adequado e razoável ao fim que se destina, qual seja, eliminar o tratamento vantajoso atualmente proporcionado por vários estados às mercadorias estrangeiras e que não há vício de competência que vicie a proposta com a inconstitucionalidade afirmada por outros juristas.

Por fim, Michal GartenKraut, representante da Rosenberg Associados, demonstrou por estudos e estatísticas que a deterioração recente do saldo comercial é função da queda expressiva no ritmo de crescimento das exportações, por conta da gradativa perda de competitividade brasileira.

O projeto aguarda o parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), na CCJ e após retornará à CAE.

Fonte: CNI

Impostos

Comissão aprova desconto no IR para empresa com atividade sustentável

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou o Projeto de Lei 1409/07, que concede desconto de 85% sobre o Imposto de Renda para empresas que desenvolvam projetos ambiental e socialmente sustentáveis nas áreas das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

De autoria do deputado Beto Faro (PT-PA), a proposta modifica a Medida Provisória 2199-01/01, atualmente em vigor, que concede isenção de 75% aos empreendimentos localizados nessas regiões. Segundo o projeto, contudo, o aumento da isenção do Imposto de Renda só será concedido se a empresa (ou outra pessoa jurídica) protocolar na Sudam e na Sudene projeto que gere um "bem ambiental".

O conceito de "bem ambiental" envolve processos de produção que não gerem poluentes para o solo, a água e o ar; que respeitem os direitos dos trabalhadores; e que resultem em produtos que tragam benefício para o meio ambiente e a saúde humana.

Para o relator da proposta, deputado Irajá Abreu (PSD-TO), embora a política de incentivos fiscais na Amazônia possa ter sido um fator para aumentar o desmatamento nas últimas décadas, a redução tributária para empreendimentos menos agressivos à biodiversidade pode reverter essa situação. "Esperamos que isso possa minimizar os eventuais efeitos nocivos provocados pela política de atração de recursos às regiões economicamente mais atrasadas do País", disse.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Tramitação: O projeto já foi aprovado pela Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, e ainda será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Política Social

Educação

Senadores aprovam MP que libera créditos para o Pronatec

O Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 548 que libera créditos extraordinários para o Ministério da Educação no valor de R\$ 460 milhões. A verba será destinada ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), especificamente para a concessão de bolsas a estudantes e trabalhadores.

Os senadores de oposição anunciaram que entrarão com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a MP. Apesar de concordarem com o mérito da medida e considerarem as bolsas importantes, os opositoristas reclamam que a matéria tenha chegado ao Congresso por meio de MP.

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) alegou que a liberação de créditos extraordinários só poderiam ser solicitada pelo Executivo se esses recursos não pudessem ser previstos anteriormente. Na opinião do líder do DEM, quando o Pronatec foi criado, o governo poderia ter previsto o gasto e se preparado sem precisar utilizar um instrumento de urgência como a MP para conseguir o dinheiro.

Nós já questionamos, judicialmente, várias medidas provisórias que abrem crédito extraordinário. Nós tememos que aconteça o mesmo que ocorreu com o Instituto Chico Mendes, disse Torres lembrando a decisão recente do STF que considerou inconstitucional a MP que criou o instituto porque ela não teve os critérios avaliados por comissão especial.

Apesar das reclamações dos opositoristas, a base aliada colaborou com o governo e votou favorável à MP, garantindo a aprovação da matéria. Como não foi alterada, a MP seguirá para sanção presidencial.

Fonte: Blog RT

Relações de Trabalho

Comissão do Trabalho debate “Trabalho Decente”

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizou audiência pública sobre o tema “Trabalho decente, uma questão de gênero”. O debate foi proposto pelo presidente da CTASP, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), que solicitou a realização de diversas audiências públicas a fim de debater o tema.

Na abertura da reunião o presidente da Comissão ressaltou que o conceito de trabalho decente foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está empenhada em sua implantação em todo o mundo. O trabalho decente é assim definido: “Aquele tido como produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade de organização sindical e negociação coletiva, equidade e segurança, sem qualquer forma de discriminação e capaz de garantir uma vida digna”.

O evento contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria.

Os convidados apresentaram seus posicionamentos sobre o trabalho decente dando ênfase ao trabalho da mulher. As discriminações, a igualdade de gêneros, as diferenças salariais, a múltipla jornada e o assédio moral foram alguns dos temas abordados.

A representante da CNI, Rossana Salsano, Analista da Unidade de Relações de Trabalho da entidade, ressaltou em sua apresentação que, no entendimento do setor empresarial, o conceito de trabalho decente envolve os seguintes aspectos: ser produtivo e economicamente sustentável; respeitar a economia e a cultura de cada país; contribuir para a competitividade; e, envolver garantias de proteção aos trabalhadores.

Destacou ainda, que os empregadores têm consciência das dificuldades que as mulheres enfrentam, dividindo-se entre a vida profissional e a vida familiar. Afirmou que é possível verificar, nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs – 1992-2009), que as mulheres vêm avançando muito mais depressa do que os homens no que tange ao rendimento do trabalho, o que faz antever uma redução da diferença ainda mais acentuada em futuro próximo.

Por fim, a representante do setor patronal, afirmou que os empregadores defendem o combate à discriminação contra a mulher no mercado de trabalho e a prática do trabalho decente.

Fonte: CNI

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Relator vai manter autorização para empresa terceirizar atividade-fim

O relator do Projeto de Lei 4330/04 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), afirmou que está decidido a manter no texto a autorização para que as empresas terceirizem todo seu serviço, incluindo as atividades-fim. Além disso, ele pretende manter a responsabilidade subsidiária para o contratante em relação às obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.

O PL 4330/04, apresentado pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), regulamenta a terceirização nos serviços público e privado e pode ser votado na CCJ no mês que vem. O tema é controverso e não conta com o apoio de algumas centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que classifica a proposta como “uma reforma trabalhista disfarçada”, conforme definiu seu presidente, Artur Henrique.

O texto base do relatório é o substitutivo aprovado pela comissão especial que analisou o tema. “Vai ser um debate tenso porque há muitos pontos de vista e divisões entre as centrais sindicais e entre o empresariado”, disse o presidente da CCJ, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).

Em balanço das atividades legislativas do ano passado, o presidente da Câmara, Marco Maia, lamentou não ter sido possível levar o tema a Plenário.

Atividade-fim: A principal crítica das centrais é a possibilidade de a empresa terceirizar a atividade-fim de seus serviços. Segundo o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT e integrante do Grupo de Trabalho sobre Terceirização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Miguel Pereira, essa possibilidade “precariza por completo as relações de trabalho no Brasil, frustra as negociações de acordos e convenções coletivas e mantém os terceirizados à margem dos direitos”.

A crítica não sensibiliza o relator, que vê “muita emoção e pouco esclarecimento” na argumentação. Segundo ele, o conceito de atividade-meio e atividade-fim não permite a “aplicação isonômica” do direito, pois algumas empresas terceirizam sua atividade principal, enquanto outras são impedidas.

A ressalva que ele vai defender no relatório é que a empresa terceirizada seja especializada e tenha objeto social único, ou seja, poderá prestar apenas um tipo de serviço. “Com esse tipo de formulação, podemos acabar com a figura nefasta do mero intermediador de mão-de-obra, que oferece serviços tão variados, desde lavador de carro até astronauta”, comentou Arthur Oliveira Maia.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

O deputado da Bahia também vai defender a responsabilidade subsidiária relativa pela garantia dos direitos trabalhistas. Assim, a responsabilidade será subsidiária se a empresa terceirizada não recolher as obrigações trabalhistas, e a tomadora de serviço não fiscalizar. “Isso vai fazer com que a empresa que contrata uma terceirizada seja extremamente atenta para não permitir o desrespeito às obrigações trabalhistas”, afirma o relator.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Pessoa com deficiência poderá ter direito a aposentadoria especial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 40/2010 – Complementar) que tem por objetivo viabilizar o exercício do direito por mais de 300 mil trabalhadores nessa condição, filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O texto acolhido pela CAE resultou de um ano de “intensas negociações” com diversos setores do governo federal e envolveu a participação de representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e entidades da sociedade civil, conforme destacou o relator, senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Por sugestão do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), segue em regime de urgência para deliberação do Plenário do Senado.

Condições: O substitutivo aprovado pela comissão prevê quatro hipóteses para aposentadorias de pessoa com deficiência. No primeiro caso, está o segurado com deficiência grave, que poderá se aposentar com 25 anos de contribuição, se homem, ou com 20, se mulher.

A segunda hipótese de aposentadoria contempla o segurado com deficiência moderada, que pode se aposentar com 29 anos de contribuição, se homem, ou 24, se mulher.

O segurado com deficiência leve enquadra-se na terceira hipótese, podendo se aposentar aos 33 anos de contribuição, se homem, ou aos 28, se mulher.

O grau de deficiência terá de ser atestado por perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Idade: Independentemente do grau de deficiência, o trabalhador pode se aposentar aos 60 anos de idade, se homem, ou aos 55 anos, se mulher. Para ter direito a essa opção, ele deverá ter cumprido um tempo mínimo de contribuição de 15 anos e comprovar a existência da deficiência por igual período.

Os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), José Pimentel (PT-CE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Gim Argello (PTB-DF), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Kátia Abreu (PSD-TO), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ivo Cassol (PP-RO) destacaram o grande alcance social da proposta. A deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) também falou na reunião da CAE, que foi acompanhada por várias pessoas com deficiência.

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Mandados de Injunção: O PLC 40/2010 – Complementar foi apresentado em 2005 pelo então deputado Leonardo Mattos, cadeirante, logo após a promulgação da Emenda Constitucional 47/2005, que instituiu a aposentadoria especial para pessoas com deficiência. Apesar da previsão constitucional, o INSS não concedia a aposentadoria diferenciada para pessoa com deficiência, como registrou o relator Lindbergh Farias, por falta de regulamentação da matéria. Por isso, várias entidades de classe impetraram mandados de injunção no Judiciário.

Lindbergh observou que o Legislativo não poderia mais permitir que outro Poder – o Judiciário – continuasse a produzir norma cuja competência é exclusiva dos parlamentares.

Fonte: Agência Senado

PEC garante estabilidade no emprego à mãe adotante

A Câmara analisa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 146/12, do deputado Benjamin Maranhão (PMDB-PB), que estende a estabilidade provisória no emprego à mãe que adotar. Pela proposta a adotante não poderá perder o emprego, por dispensa arbitrária ou sem justa causa, nos cinco meses subsequentes à adoção ou à obtenção da guarda judicial para fins de adoção.

Atualmente, essa estabilidade é assegurada pela Constituição Federal à gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Para Maranhão, é essencial a garantia do emprego também à mãe adotante como forma de assegurar a proteção e o bem-estar da criança durante sua adaptação ao novo lar.

O parlamentar argumenta que a própria Constituição prevê a igualdade entre os filhos naturais e os adotivos. “Não há dúvidas quanto à inconstitucionalidade de tratamento diferenciado entre as crianças e adolescentes adotados ou havidos fora do casamento e aqueles frutos de relações familiares estáveis e tradicionais”, afirma.

Tramitação: A admissibilidade da PEC será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso aprovada, será criada uma comissão especial para analisar o mérito da proposta. Depois, o texto deverá ser votado em dois turnos pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Plenário aprova a criação de 44 varas trabalhistas em Minas, Rio e Paraná

O Plenário aprovou em sessão extraordinária, três projetos de lei do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que criam 62 cargos de juiz e 44 varas trabalhistas em tribunais regionais do Trabalho (TRTs). Os projetos também criam 885 cargos de provimento efetivo e 169 cargos em comissão.

Os textos aprovados, que seguem para análise do Senado, são:

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

- PL 1830/11, que aumenta de 36 para 49 juízes a composição do TRT da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte (MG). O projeto também cria 21 novas varas trabalhistas, 21 cargos de juiz do Trabalho, 544 cargos de provimento efetivo e 59 cargos em comissão no quadro de pessoal do TRT;
- PL 1831/11, que cria 12 varas no TRT da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro. De acordo com o texto, as varas serão preenchidas por 12 juízes do Trabalho, 5 juízes substitutos, 140 analistas judiciários e 69 técnicos judiciários;
- PL 1834/11, que institui 11 novas varas trabalhistas no TRT da 9ª Região, com sede em Curitiba. A proposta também cria um total de 253 cargos de juiz, servidores efetivos e cargos e funções comissionadas.

Fonte: Blog RT

Trabalhador poderá ser liberado para fazer provas de concursos públicos

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/1943) poderá ser alterada para permitir ao trabalhador se ausentar do emprego por até oito horas por mês para se submeter a provas de concursos públicos. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A possibilidade de liberação do trabalhador foi incluída no projeto (PLS 220/2011) aprovado pela CAS por meio de emenda do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que relatou a proposição.

O projeto foi apresentado pelo senador Itamar Franco (PPS-MG), falecido em 2011. A proposta inicial garantia o benefício para a realização de provas pelo empregado matriculado em estabelecimento de ensino regular.

Cícero Lucena alterou o motivo da liberação, mas manteve a concessão do benefício por até oito horas ao mês, consecutivas ou não. O relator argumentou que a preocupação do autor era incentivar medidas que facilitassem o aprimoramento educacional dos trabalhadores, o que resultaria em mão de obra mais qualificada e no consequente desenvolvimento econômico e social do país.

O relator, no entanto, disse acreditar que “a melhor forma de garantir a efetiva melhoria de vida do trabalhador é permitir que ele possa se ausentar do trabalho para se submeter a provas de concursos públicos”.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Comerciários: O projeto de lei que regulamenta a profissão de comerciário, aprovado na reunião da última quarta-feira (14), retornou à comissão para adequação redacional. Foi detectada divergência entre anexo do parecer aprovado e o constante do Quadro de Atividades e Profissões, integrante da Consolidação das Leis do Trabalho. O anexo foi

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

retirado pelo relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), sem que houvesse modificação no teor do projeto.

A proposição (PLS 115/07) é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e tramitava de forma conjunta com proposta similar (PLS 152/07) do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O texto aprovado é resultado de entendimentos entre os autores e também com representantes patronais e dos trabalhadores do comércio. A categoria envolve cerca de 7,3 milhões de profissionais no país.

Como a proposta recebeu decisão terminativa, deverá seguir agora diretamente para exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que passe pelo Plenário.

Fonte: Agência Senado

Debates concluem que país pode modernizar relações trabalhistas

O Brasil está maduro para permitir que acordos entre empresas e trabalhadores tenham a mesma validade do que está escrito nas leis, de forma a desburocratizar as relações trabalhistas, desonerar os custos de contratação e melhorar a produtividade das empresas. A opinião foi dada por quatro especialistas no assunto durante o seminário “Competitividade & Relações de Trabalho no Mundo: Mudanças nas Negociações Coletivas na Itália”, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira, 21 de março, em São Paulo.

Para José Pastore, professor de relações do trabalho da Universidade de São Paulo (USP) e consultor da CNI, há uma clara disposição dos sindicatos de trabalhadores de negociar com os empresários para manter os empregos e facilitar a contratação de novos funcionários. “A crise pela qual o mundo passa e tem reflexos no Brasil plantou a semente desse movimento, a exemplo do que aconteceu na Itália”, afirmou Pastore.

O gerente-executivo de Relações do Trabalho da CNI, Emerson Casali, ressaltou que as bases para a modernização trabalhista no país estão dadas. “Todos, ou seja, empresários, trabalhadores e governo, já entenderam que vivemos uma economia de mercado e que é fundamental termos um ambiente de negócios competitivo, com custos baixos, segurança jurídica, sem burocracia”, disse. Salientou que a competitividade é a palavra-chave nas relações entre empresários, trabalhadores e governo.

“Na Itália, a mudança não partiu de uma ideologia, mas sim da necessidade de se adaptar a uma nova realidade econômica. Ou a gente mudava ou não conseguiríamos mais ter indústrias na Itália”, relatou no seminário o conselheiro sênior de relações industriais da Fiat no mundo, Paolo Rebaudengo. “Queríamos mostrar que ainda conseguimos produzir na Itália, mas para isso precisávamos mudar, aumentar a eficiência nas fábricas, sem diminuir garantias, porém reduzindo os custos”, complementou.

A Fiat vem rompendo na Itália, desde 2010, com o modelo sindical que prevalece naquele país, de contratos nacionais coletivos, em que todas as empresas de determinado setor negociam com os sindicatos das categorias de trabalhadores envolvidas no processo

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

produtivo. A fabricante de automóveis agora negocia reajustes salariais, jornada de trabalho, bônus, horas-extras, e assim por diante, diretamente com os trabalhadores e sindicatos, sem a participação de outras empresas do setor.

José Pastore destacou que para replicar esse modelo no Brasil é preciso alterar o artigo 7º da Constituição Federal, que regula os direitos dos trabalhadores, para assegurar que o negociado entre as partes tenha a mesma validade do que o que está na letra da lei. “É um desafio a mais que tem o Brasil”, resumiu Pastore.

Emerson Casali lembrou que, num momento em que o trabalhador procura se qualificar mais e ter um melhor rendimento, em que as relações entre capital e trabalho estão mais maduras e que o trabalho é cada vez mais intelectual, é preciso haver uma adaptação do modelo trabalhista vigente, “que é arcaico, construído nos anos 40 do século passado”, para os novos tempos.

Fonte: Blog RT

Aprovado o Projeto que estabelece prazo prescricional para a execução de crédito trabalhista

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou o parecer do relator senador Armando Monteiro (PTB/PE), favorável com emenda ao PLS 39/2007, para regular a declaração de prescrição intercorrente na execução trabalhista. A proposta de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB/PR) estabelecia “Quando, por responsabilidade exclusiva do exequente, não for dado impulso à execução pelo prazo de um ano, determinará o juiz o arquivamento dos autos”, e “decorridos cinco anos da decisão que determinou o arquivamento dos autos sem que tenha ocorrido fato novo, o juiz poderá, ouvidos o exequente e o Ministério Público do Trabalho, decretar a prescrição do crédito.”

Emenda do senador Armando Monteiro alterou o texto proclamando “Quando o exequente, por 2 (dois) anos, não praticar ato de responsabilidade exclusivamente sua, do qual dependa a continuidade da execução, o juiz poderá, ouvido o Ministério Público do Trabalho, decretar a prescrição intercorrente”.

Essa alteração na CLT, se transformada em lei, poderá encerrar polêmica sobre a possibilidade ou não de “prescrição intercorrente” de créditos trabalhistas. O Supremo Tribunal Federal (STF) admite essa hipótese no âmbito da execução trabalhista, mas o Tribunal Superior do Trabalho (TST) a considera “inaplicável” na Justiça do Trabalho.

Agora, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

Fonte: CNI

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Empresário da panificação tem juros de 0,58% para financiamento de máquina e capital de giro

O empresário da panificação no Paraná tem este ano a chance de renovar seu parque de máquinas, fazer reformas no imóvel e obter capital de giro com juros de 0,58% ao mês e carência de até 12 meses. Os detalhes do financiamento foram apresentados durante uma reunião, realizada na sede da FIEP, pelo gerente de mercado da Fomento Paraná, Emílio Ribeiro Mattos.

A oportunidade é fruto de um Acordo de cooperação técnica, firmado entre o Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria do Paraná – Sipcep, filiado à FIEP – e Governo do Estado pelo Probem – Programa Bom Emprego. Um montante de R\$ 15 milhões está disponível a panificadores de todo o estado.

“É uma oportunidade sem precedentes de cumprir a Norma Regulamentadora NR-12, que está batendo na porta do panificador, com condições viáveis, sem comprometer o andamento do negócio” – avalia o presidente do Sipcep, Vilson Felipe Borgmann.

Os juros cobrados pelo financiamento são de TJLP + 1,9% ao ano, o que equivale a 0,64% ao mês para quem paga as prestações em dia. O percentual, no entanto, pode cair para 0,58% ao mês, se o empresário mantiver o mesmo quadro de funcionários da data de assinatura do contrato. “Se ele tem dez empregados e um deles sair, ele terá que repor essa vaga para continuar com o benefício” – explicou o gerente de mercado.

Simulação: Para um empréstimo de R\$ 100 mil, o empresário terá uma carência de 12 meses e prazo de até 60 meses. O valor da prestação para esse montante é de R\$ 3.079. Se mantiver o quadro de empregados o valor da prestação cai para R\$ 1.919, com R\$ 13 mil de desconto. Nos dois casos a taxa de juros é decrescente.

“As garantias para liberação do recurso são as que qualquer empresário já conhece, mas sem venda casada, como fazem os bancos, e com uma taxa de juros sem competição no mercado” – informou Mattos. Entre os requisitos mínimos estão: cadastro sem restrições, estar em dia com as obrigações fiscais e previdenciárias e ter capacidade de pagamento. “Estamos flexibilizando algumas regras e desburocratizando ao máximo para estimular o uso desse recurso como forma de desenvolvimento do estado” – explicou Emílio Mattos.

Uma outra facilidade para o candidato ao financiamento é que todo o trâmite pode ser feito pela internet, com necessidade presencial apenas para assinatura do contrato.

Interessados em dar início ao processo de financiamento podem acessar o site www.fomento.pr.gov.br/

Fonte: FIEP

Fomento e Desenvolvimento Tecnológico

Paraná lança boletim com indicadores de ciência, tecnologia e inovação

A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) lançaram a primeira edição eletrônica do Boletim de Indicadores. A publicação faz parte de um projeto que visa criar no estado um sistema de indicadores relacionados a ciência, tecnologia e inovação, como força de aperfeiçoar a gestão e a formulação de políticas na área.

O secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Alípio Leal, explica que o boletim é resultado de um acordo de cooperação assinado pelo governo do Estado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em outubro do ano passado, para a produção e aperfeiçoamento dos indicadores estaduais de ciência e tecnologia. Trata-se de um esforço nacional, acompanhado pela Rede de Indicadores Estaduais de C&T, criada em novembro pelo ministério, com representantes dos 27 estados e do Distrito Federal.

“Com o boletim, o Paraná se organiza para melhor atender os compromissos com o governo federal. Os indicadores são instrumentos de gestão e nos ajudam a orientar a formulação, o acompanhamento e a avaliação da política estadual de C&T”, afirma o secretário.

Conteúdo: A primeira edição do boletim contém dados sobre instituições que captam recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a demografia dos doutores e o perfil da pós-graduação no Paraná, com o número de cursos e alunos titulados.

“São dados quantitativos extraídos de bases nacionais consolidadas, que permitem à sociedade conhecer o perfil da produção científica, tecnológica e da inovação das nossas instituições de ensino e pesquisa e empresas, comparando os resultados com o desempenho de suas congêneres em alguns estados selecionados”, explica a coordenadora do projeto na secretaria, Maria Elizabeth Lunardi.

Quanto à oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o trabalho evidencia que, ao lado da Bahia, o Paraná é um dos estados que apresentou um crescimento bastante superior à média nacional. Na oferta de cursos de mestrado, a liderança é das universidades estaduais; no doutorado são as federais que ainda ofertam o maior número de cursos, mas as estaduais têm apresentado um crescimento significativo.

Os dados mostram também que, no Paraná, as empresas públicas e privadas lideram a captação de recursos, na maior parte reembolsáveis, junto à Finep e que os projetos de apoio à modernização e implantação da infraestrutura de pesquisa das instituições de ensino superior são bastante expressivos se comparados ao total captado por estas instituições no período de 2007 a 2010.

Outra constatação importante diz respeito à titulação de doutores no Paraná. Grande parte dos profissionais formados estão trabalhando em outros estados. “Isso destaca a

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

contribuição do sistema de ensino superior do Paraná para a formação de profissionais qualificados atuando em outras unidades da federação”, diz Maria Elizabeth.

Acesse o Boletim de Indicadores:

<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Parceria com centro italiano irá ampliar competitividade das indústrias moveleiras

O SENAI Paraná e o Sindicato da Indústria do Mobiliário e Marcenaria do Paraná (Simov) lançaram, em Curitiba, um programa para as indústrias do setor do mobiliário, que será desenvolvido em parceria com o Centro Tecnológico Settore Legno-Arredo (Cosmob), um dos principais centros de tecnologia e design industrial moveleiro da Itália.

O programa conta com o apoio do SENAI Nacional, que formalizou o convênio com o Cosmob, e terá a participação de outros quatro departamentos regionais da entidade: do Espírito Santo, Bahia, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Denominado “Networking para Qualidade, Tecnologia, Inovação e Competitividade do setor Mobiliário em Madeira”, o programa terá duração de dois anos. Será implantado o software Everdee, que mede o ciclo de vida do produto. O software será instalado no CIETEP, em Curitiba, e passará por um período de adaptação aos padrões de fabricação dos produtos brasileiros.

Serão instalados, também, dois laboratórios, um no Paraná (na unidade do Senai CIC, em Curitiba) e outro no Espírito Santo, para ensaios da qualidade e determinação de emissão de *formaldeídos* (gases derivados de colas e outros componentes) em móveis, o que permitirá a adequação dos produtos às normas internacionais, visando ampliar a exportação do móveis.

“Acreditamos que em um ano o Paraná e o Espírito Santo poderão começar a atender as primeiras empresas em fase de teste”, disse Júlio Augusto dos Santos, responsável por desenvolvimento industrial do SENAI Nacional.

Na avaliação do presidente do Simov, Luiz Fernando Tedeschi, o modelo do programa é bom para as empresas paranaenses e deve ter sua gestão compartilhada com elas. “O programa só tem sentido com a participação das empresas. As indústrias vão precisar passar por esse processo para garantir a sobrevivência e aumentar a competitividade. Por isso a importância da participação efetiva do Sindicato já na implantação”, ressaltou.

A aproximação com o Cosmob começou há dois anos, com a visita dos representantes do Simov ao Cosmob, em Pesaro, na Itália. O diretor geral do Cosmob, Alessio Gnaccarini, disse que a indústria moveleira precisa investir pesado em design industrial para poder fazer frente a forte concorrência asiática amparada na qualidade dos produtos.

Segundo ele, países como a Itália e o Brasil devem trabalhar em iniciativas comuns. “O Brasil é um polo moveleiro com grande potencial e sofre com problemas similares à Itália. A única

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

saída para aumentar a competitividade é investir juntos em inovação e tecnologia para melhorar a performance dos produtos”, afirma Gnaccarini.

De acordo com o gerente de novas tecnologias do Senai-PR, Reinaldo Tockus, o programa é mais um aliado para a aceitação dos produtos brasileiros no mercado externo. “O mercado externo impõe regras de qualidade e durabilidade para a entrada destes produtos. Com essa iniciativa, a indústria paranaense de móveis poderá dar um salto no comércio exterior”, afirmou.

Segundo Tockus, o ganho para o setor moveleiro é significativo e trará resultados em curto prazo para as empresas. “Precisamos mobilizar as indústrias quanto aos benefícios desse programa. O setor paranaense irá sair na frente com essa iniciativa”, disse ele.

Fonte: FIEP

Desoneração e combate à informalidade são prioridades para a indústria madeireira

Desonerar a produção, combater a informalidade e implantar ações que melhorem a imagem do setor foram as prioridades apontadas por empresários da indústria madeireira que, em Curitiba, participaram de mais uma edição dos Fóruns Setoriais, promovidos pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP). O encontro reuniu cerca de 60 lideranças empresariais do segmento, que debateram as dificuldades e estratégias do setor. Dentro da programação do Fórum, os empresários também visitaram uma casa em construção pelo processo wood frame, que utiliza painéis de madeira.

“O modelo adotado nos Fóruns Setoriais traz uma riqueza muito grande de contribuições, que serão usadas como base para o trabalho da FIEP em favor deste segmento”, afirmou o presidente da entidade, Edson Campagnolo. “A indústria madeireira é um setor que trabalha alinhado, como prova a grande presença de empresários neste Fórum, mas ainda existe muito potencial para crescimento no Paraná”, acrescentou.

Atualmente, a indústria madeireira paranaense ainda se esforça para recuperar os prejuízos causados pelas recentes crises internacionais. Para se ter uma ideia, o setor, que em 2004 chegou a empregar 54 mil pessoas no Estado, teve o número de trabalhadores reduzido para 37 mil em 2009. Nos dois últimos anos, com pequenos sinais de recuperação, subiu para cerca de 40 mil empregos.

A variação pode ser explicada pela forte queda nas exportações do segmento, bastante dependente do mercado externo. Enquanto em 2004 as vendas para outros países totalizaram US\$ 1,17 bilhão, em 2009 o valor caiu pela metade, com apenas US\$ 530 milhões. Novamente, houve ligeira recuperação nos dois últimos anos, com as exportações do setor fechando em US\$ 640 milhões em 2011. Mas o cenário internacional ainda está longe do ideal, segundo os empresários.

Por enfrentar as dificuldades, durante o Fórum Setorial os participantes apontaram quais as necessidades do setor e elegeram as prioridades que devem ser atendidas tanto pelo poder público quanto pelo Sistema FIEP. “São ações que precisam da representatividade e da

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

participação de todo o setor”, ressaltou o empresário Paulo Roberto Pupo, presidente do Sindicato da Indústria da Madeira de Imbituva (Simadi) e novo coordenador do Conselho Setorial da Indústria da Madeira da FIEP.

No primeiro caso, os empresários pedem que o governo desonere diferentes produtos de madeira, retirando, por exemplo, a cobrança de ICMS sobre toras e do PIS/Cofins sobre os resíduos. Para o empresário Álvaro Scheffer, a desoneração seria importante inclusive para combater um grave problema que afeta o setor: a informalidade. “O setor da madeira regrediu nos últimos anos e passou por um processo de informalização muito sério”, disse. “A maioria da produção do Estado vem de florestas plantadas. Se houver uma desoneração sobre os produtos que saem delas, voltaremos a aumentar a formalidade”, completou.

A opinião é compartilhada pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), Odacir Antonelli. “Precisamos extinguir a informalidade no setor. É necessário mostrar que não é preciso ser informal para sobreviver, já que o empresário da nossa área é muito competente e tem condições de agregar valor à produção”, afirmou.

Além do combate à informalidade, os empresários também consideram importante trabalhar para melhorar a imagem do setor. “Infelizmente ainda somos vistos como devastadores, quando na verdade não destruimos nada”, disse o presidente do Sindicato da Indústria da Madeira de União da Vitória, Fabrício Antonio Moreira Neto. “Pelo contrário, somos produtores, plantamos tudo o que utilizamos, e precisamos mostrar isso à sociedade”, acrescentou.

Por isso, outra demanda prioritária levantada pelos participantes é que o setor da madeira, enquanto produtor, passe a responder ao Ministério da Agricultura e não mais ao Ministério do Meio Ambiente. Realizar, com apoio da FIEP, uma campanha de marketing esclarecendo a população sobre o real impacto e a atuação do segmento é outra solicitação dos empresários.

Ainda em relação ao Sistema FIEP, os participantes do Fórum Setorial pediram que a entidade trabalhe na elaboração de um projeto de lei que garanta a isenção de impostos para madeira de reflorestamento. Por fim, a última demanda prioritária do setor é que a FIEP mantenha o apoio que vem dando ao projeto da Casa Inteligente, que utiliza painéis de madeira na construção de residências pelo processo wood frame.

Visita técnica: Para que os empresários conhecessem de perto esse processo, dentro da programação do Fórum Setorial foi realizada uma visita técnica a uma casa que está sendo construída pela empresa Tecverde utilizando o wood frame. A tecnologia foi trazida ao Brasil pelo Senai Paraná, em 2009, após uma missão técnico-empresarial à Alemanha, que buscava alternativas para ampliar o mercado da indústria madeireira do Estado. O sistema de construção wood frame utiliza painéis de madeira certificada de reflorestamento, permitindo montagem rápida da estrutura e baixa geração de resíduos durante a obra.

O engenheiro Euclésio Finatti, diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR) e coordenador da Comissão Casa Inteligente – instalada pela FIEP –, afirma

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

que o grupo trabalha para que a tecnologia possa ser utilizada por quem busca financiamentos públicos para a construção de residências. Com o aumento da procura pela tecnologia, seria aberta uma nova oportunidade de negócio para a indústria madeireira.

Para Paulo Roberto Pupo, a concretização do projeto seria importante para o setor. “A utilização da madeira para a construção de residências é um sonho do setor. Temos uma gama de produtos para oferecer e precisamos provar tecnicamente a viabilidade deles. É um dos caminhos que o setor precisa trilhar”, afirmou.

Fonte: FIEP

Infraestrutura

Paraná busca alternativas para ampliar fornecimento de gás natural

A Companhia Paranaense de Gás (Compagas) está conduzindo uma série de reuniões com secretarias e entidades para buscar alternativas de suprimento do combustível para o mercado paranaense. Além disso, a companhia integra uma comissão que analisa a ampliação da capacidade de fornecimento para os estados da região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e para o Mato Grosso do Sul.

Nesta semana, o diretor-presidente da Compagas, Luciano Pizzatto, participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul e do Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul (Codesul/BRDE), em Porto Alegre (RS), junto com representantes do governo e das demais distribuidoras responsáveis pelo fornecimento de gás natural dos estados do Sul. O encontro foi aberto pela secretária executiva do Codesul/BRDE, Emília Fernandes, que reforçou a importância da presença de todos para a discussão sobre o suprimento de gás natural para a economia da Região.

A Compagas participa ainda do Grupo de Trabalho Gás Natural, integrado pelas Federações da Indústria dos estados do sul e do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de estruturar as proposições que serão enviadas aos governadores desses Estados. De acordo com Pizzatto, a matriz energética nacional sofre profunda alteração com o fomento do gás natural, e o Paraná precisa desenvolver soluções que viabilizem o suprimento necessário ao processo de industrialização fomentado pelo governo estadual e a ampliação da rede de distribuição.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

BRDE e banco italiano fecham acordo para financiar projetos de infraestrutura

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) assinou acordo com o Banco de Infraestrutura, Inovação e Desenvolvimento (BIIS, sigla em italiano para Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo), para financiar projetos que atendam interesses

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

públicos e privados nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. A instituição italiana faz parte do grupo bancário Intesa Sanpaolo – Corporate & Investment Banking Division.

As instituições irão explorar oportunidades de cooperação e colaboração em assuntos de interesse comum na área público-privada. O banco italiano está empenhado em diversificar os investimentos no Brasil, apostando na solidez da economia nacional e na capacidade do mercado local.

A expectativa é que os planos do BIIS rendam bons resultados para os estados onde está presente o BRDE. Para o diretor de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, Nivaldo Assis Pagliari, a parceria fortalece o comprometimento do BRDE com o avanço econômico e social.

“Com esse acordo, o BRDE viabiliza para o governo do Paraná uma alternativa financeira para tirar do papel programas de parcerias público-privadas”, afirmou o diretor financeiro do banco, Jorge Gomes Rosa Filho.

Segundo o diretor da área internacional do BIIS, Marcelo Mentini, a parceria acontecerá a partir da análise e financiamento do primeiro projeto. Ele lembrou do acordo firmado pela instituição na Turquia, que permitiu apoiar a construção de estradas e hospitais. “O acordo com uma importante agência de desenvolvimento regional como o BRDE fortalece a capacidade de criação e avaliação de projetos infraestruturais, inclusive em favor de empresas italianas interessadas em ampliar os seus negócios em áreas geográficas com alto padrão de desenvolvimento”, disse.

Na comitiva italiana que veio a Curitiba para a assinatura do acordo estavam também o cônsul-geral da Itália, Salvatore di Venezia; a representante do BIIS no Brasil, Bárbara Schiaroli; o responsável pelo setor jurídico no País, Rodrigo Pironti; e a vereadora de Curitiba Renata Bueno, que fez a ponte entre as duas instituições no início das negociações.

Também estavam presentes o superintendente do BRDE no Paraná, Carlos Areton Azzolin Olson; o gerente de Planejamento, Thiago Tosatto; e o gerente de Operações, Paulo Cesar Starke Junior.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Meio Ambiente

Projeto que dispõe sobre reciclagem de materiais no serviço público segue para sanção do Executivo

Passou em redação final na sessão plenária da Assembleia Legislativa, o projeto de lei nº 602/11, do deputado Rasca Rodrigues (PV), que teve anexado o projeto de lei nº 810/11 (do deputado Dr. Batista – PMN). A proposição, que segue agora para sanção (ou veto) governamental, altera dispositivos da Lei nº 15.563, de 4 de julho de 2007, que dispõe sobre

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

a implantação de programas de conscientização para a redução de consumo, reutilização e reciclagem de materiais utilizados em órgão da administração pública.

Poluição: Já em terceira discussão foi aprovada a proposição que torna acessíveis à população informações sobre os índices da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Esse é um dos objetivos do projeto de lei nº 196/11, de autoria dos deputados Pastor Edson Praczyk (PRB) e Rasca Rodrigues (PV). Os autores afirmam considerar “importante que os resultados dessa avaliação possam ser facilmente consultados pela população, para que cada um tome as providências que considere importantes para a preservação da sua qualidade de vida e de seus familiares”. O projeto altera o artigo 27 da Lei nº 13.806 (de 30 de setembro de 2002).

Fonte: ALEP

Plenário decide manter veto do PL 260/2011

Veto do Poder Executivo a projetos de lei foram discutidos pela Assembleia Legislativa e mantidos pelo Plenário. Um deles, o veto nº 011/12, foi aposto ao projeto de lei nº 260/11, de autoria do deputado Caito Quintana (PMDB), que proíbe o uso de sacos e sacolas plásticas descartáveis nos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos no Paraná.

O veto recebeu 41 votos favoráveis e 6 contrários. Durante as deliberações, o deputado Rasca Rodrigues (PV), vice-presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, informou que o Governo pretende encaminhar um projeto sobre o tema, esclarecendo dúvidas que envolviam a proposta de Quintana.

Segundo o projeto vetado, o uso de sacos e sacolas plásticas descartáveis só seria permitido se fossem fabricadas exclusivamente com matérias primas biodegradáveis, derivadas total ou parcialmente de fontes de origem renovável natural. No entanto, na justificativa ao veto enviado à Assembleia, o Governo diz considerar a iniciativa contrária ao interesse público e afirma o seguinte: “Ao propor a substituição das sacolas convencionais pelas biodegradáveis, o projeto de lei gera no imaginário das pessoas a falsa ideia de que as novas embalagens poderiam ser descartadas sem qualquer dano ao meio ambiente, o que não é verdade. Essas embalagens supostamente biodegradáveis são oxidegradáveis ou fragmentáveis, que recebem aditivos químicos para acelerar o processo de degradação”, completa.

Outro argumento do Executivo para vetar o projeto envolve a questão do custo que essa mudança traria para a população. “Com essa exigência, os estabelecimentos que utilizam as sacolas plásticas deverão atender às exigências da Lei, adquirindo sacos plásticos fabricados com matérias-primas biodegradáveis derivadas, notoriamente mais caras do que as sacolas comuns. Sendo assim, os estabelecimentos comerciais provavelmente não irão arcar com mais esse custo, repassando este aumento ao consumidor”.

O deputado Caito Quintana, que se absteve de votar, disse concordar com algumas das questões apontadas pelo Executivo e reivindicou a possibilidade de participar da elaboração

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

do novo projeto: “Acreditamos nesse compromisso e não queremos criar ônus aos consumidores. Além disso, nosso objetivo é melhorar o meio ambiente e não ser autor de um projeto”, completou.

Fonte: ALEP

Questões Institucionais

Em segunda discussão, Plenário aprova ampliação da Região Metropolitana de Londrina

Passou pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em segunda discussão, o projeto de lei complementar de nº 731/11, que inclui os municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina. A proposição é de autoria dos deputados Luiz Eduardo Cheida (PMDB) e Ademar Traiano (PSDB).

A proposição de nº 731/11 altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 81/98 (que deu origem a essa região metropolitana), com redação modificada pela Lei Complementar nº 129/10. Conforme os autores, esses municípios já estão referenciados em Londrina, usufruindo de uma série de serviços daquele centro urbano.

Na proposição os autores lembram que Sabáudia dista cerca de 40 quilômetros de Londrina; Jaguapitã, 55 quilômetros; e Pitangueiras, 58 quilômetros. A Região Metropolitana de Londrina foi instituída pela Lei Complementar Estadual 81, de 17 de Junho de 1998, sendo formada pelos municípios de Londrina, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Sertanópolis, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Tamarana, totalizando 766.682 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE (de 2009).

Fonte: ALEP

Plenário adia votação da PEC da Juventude

Os deputados decidiram, na sessão plenária, adiar a discussão e votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 04/11, a “PEC da Juventude”, de autoria do deputado Professor Lemos (PT), em função de dúvidas levantadas pela liderança do Governo. A PEC altera o artigo 173 da Constituição Estadual, estabelecendo que os municípios e o Estado assegurem proteção e assistência não só à família, à infância, à velhice e à educação do excepcional, mas também aos jovens.

“A redação do artigo 225-B está equivocada”, declarou o deputado Ademar Traiano (PSDB), líder do Governo, ao solicitar ao Professor Lemos a retirada da matéria da Ordem do Dia. Segundo Traiano, a forma como a proposta está elaborada “pode prejudicar os objetivos pretendidos”. O autor da PEC, depois de uma longa exposição sobre os debates e mobilizações que culminaram com a construção dessa proposta, disse concordar com o adiamento, já que persistem dúvidas em torno do tema. Assim, o Plenário acabou

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

aprovando um requerimento assinado pelas lideranças do Governo e também da Oposição, para que a matéria retorne à votação na próxima semana.

A PEC nº 04/11 acrescenta ao artigo 225 da Constituição Estadual mais dois itens que visam estimular o Estado a promover políticas destinadas ao jovem: o artigo 225-A, que visa proteger os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens mediante políticas que garantam a formação profissional, acesso ao primeiro emprego, cultura e lazer; e o artigo 225-B, disciplinando o Conselho Estadual da Juventude que deverá, depois de instituído por lei, elaborar, propor e fiscalizar estas diretrizes. Essa proposta esclarece também que o termo 'juventude' caracteriza a população na faixa etária de 15 a 24 anos de idade.

De acordo com o deputado Professor Lemos, a aprovação dessas mudanças na Constituição é importante para garantir políticas públicas para os jovens. "A Juventude é uma categoria social e precisa ser atendida com suas especificidades. A PEC da Juventude vai garantir isso", comentou. Antes de ser submetida ao Plenário a Proposta de Emenda à Constituição foi debatida pela Comissão Especial de Reforma da Constituição do Paraná, presidida pelo deputado Anibelli Neto (PMDB), e que teve na relatoria o deputado Péricles de Mello (PT). Para Anibelli, que tem a juventude como uma das bandeiras de sua atuação no parlamento estadual, as alterações permitem que mais políticas públicas voltadas para a juventude sejam criadas. "Essa mudança é importante para que se assegurem os direitos da população jovem paranaense", assinala.

Fonte: ALEP

Relações de Trabalho

Projeto estabelece programa de combate a doenças provocadas pela exposição solar

A implementação de medidas de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor foram debatidas e aprovadas pelos deputados durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa. Nesta sessão passou, em segunda discussão, o projeto de lei nº 570/11, do deputado Pedro Lupion (DEM), que estabelece ações permanentes e articuladas entre o poder público e instituições privadas voltadas à orientação e fornecimento de proteção para os trabalhadores.

"A exemplo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bem como outras empresas públicas e privadas, que já disponibilizam o protetor solar aos seus colaboradores, acreditamos que campanhas esclarecedoras e a distribuição gratuita de protetor solar são meios eficazes de prevenção de doenças. São atitudes que também geram economia ao Estado, que não precisará arcar com custos de tratamentos, trazendo benefícios a todos", argumenta o parlamentar na justificativa da proposição.

Lupion cita ainda o fato do Ministério do Trabalho já considerar o protetor solar como Equipamento de Segurança Individual (EPI), o que levou inúmeros municípios brasileiros a regulamentar a distribuição do produto. O deputado fundamenta ainda sua iniciativa em

nº 12. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 23 de março de 2012

dados da Sociedade Brasileira de Dermatologia, que revelam uma alta incidência de câncer de pele no país. Por isso, a entidade vem promovendo campanhas informativas junto aos médicos e à população. A principal ação é a Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Pele, que acontece anualmente em todo o Brasil.

Fonte: ALEP